tigo 11.º do mesmo regulamento, e havendo sido observadas as disposições dos referidos artigos 2.º e 3.º e de seus parágrafos;

Tendo sido ouvido o Conselho Superior de Agricultura; e, sob as propostas dos Ministros das Finanças e do Fomento;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É permitida no distrito de Ponta Delgada a importação de 1.800.000 kilogramas de milho exótico com exclusivo destino à alimentação pública do mesmo distrito, mediante o pagamento do direito de 5 réis por quilograma.

§ 1.º A importação da quantidade de milho, de que trata este artigo, só será permitida desde a data da publicação deste decreto, até 30 de Setembro do corrente ano.

§ 2.º O mesmo milho não poderá ser vendido por preço superior ao normal, nos termos a que se refere o artigo 7.º do regulamento de 30 de Novembro de 1899, ficando sujeito à fiscalização designada no § único do mesmo artigo.

Art. 2.º Fica proibida a exportação de milho no distrito de Ponta Delgada, até o fim do corrente ano cerealífero.

Os Ministros das Finanças e do Fomento assim o tenha entendido e façam executar. Paços do Governo da República, em 5 de Junho de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Paes* — *José Estêvão de Vasconcelos*.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

1.ª Direcção

1.ª Divisão

Despachos efectuados nas datas abaixo indicadas

Por decretos de 1 do corrente, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 8 de Junho de 1912:

Cipriano Dias Simões de Carvalho, segundo aspirante do quadro dos telégrafos — promovido a primeiro aspirante do mesmo quadro, por antiguidade, na vaga resultante por falecimento de Fernando Joaquim Covas.

Paulo da Costa Guerreiro — nomeado para o lugar de segundo aspirante do quadro dos telégrafos, nos termos do § 2.º (transitório) do artigo 229.º do decreto orgânico de 24 de Maio de 1911 e na vaga resultante da promoção do antecedente.

Guilherme Augusto de Faria, encarregado da estação — provido, por antiguidade, no lugar de segundo aspirante do quadro dos telégrafos, nos termos da alínea b) do artigo 229.º, já citado, e na vaga que deve resultar, na classe de segundos aspirantes, pela promoção a primeiro, originada pelo falecimento de Máximo Julião Paes Júnior, não se efectuando ainda a referida promoção em virtude de não haver funcionários habilitados em concurso para esse fim, isto em conformidade com o § 4.º do referido artigo 229.º

Manuel António Lopes, segundo aspirante do quadro dos telégrafos — promovido a primeiro aspirante do mesmo quadro por antiguidade na vaga resultante do falecimento de Lindorfo Silvério Navarro.

António Vieira Rodrigues Júnior — nomeado segundo aspirante do quadro dos telégrafos, nos termos do § 2.º (transitório) do artigo 229.º do decreto orgânico de 24 de Maio de 1911, já citado, e na vaga resultante da promoção do antecedente.

Por decreto de 5 do corrente com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, também de 8 de Junho de 1912:

José Lourenço Mateus, José Custódio Nunes, Domingos Tomé, José Bernardo Ferreira de Aguiar, Joaquim Rodrigues Gonçalves, Francisco Paulo dos Santos Mendonça, António Furtado da Silva, Joaquim de Jesus Paixão, Arnaldo Domingos da Rocha e Manuel Serrano, segundos aspirantes do quadro dos telégrafos — promovidos a primeiros aspirantes do mesmo quadro, precedendo concurso, e nas vagas resultantes respectivamente das promoções a segundos oficiais de Domingos de Almeida, Manuel Cândido Loureiro, Henrique Ezequiel da Silva Carvalho e Gabriel Nunes Mantas; falecimentos de Jorge Augusto Pires, Joaquim Vitorino Domingues, Hipólito Augusto Esteves e João Francisco Bemfica; promoção de Alexandre Teixeira de Sousa Braga e falecimento de Máximo Julião Paes Júnior.

Por despachos também de 5 do corrente:

Paulo da Costa Guerreiro, segundo aspirante do quadro dos telégrafos — colocado na estação telegráfica central de Lisboa.

Guilherme Augusto Faria e António Vieira Rodrigues Júnior, segundos aspirantes do mesmo quadro — colocados respectivamente nas estações de Santarém e Horta.

Por despachos de 6 do corrente:

Maria Rita Barbosa Pinto, encarregada da estação telégrafo-postal de Pernes — transferida, por conveniência do serviço, para idêntico lugar na Ribeira de Santarém.

Maria de Jesus Alves Pereira, encarregada da estação telégrafo-postal do Couço — transferida, por conveniência do serviço, para idêntico lugar em Pernes.

Francisco António Marrana — nomeado para o lugar de encarregado da estação telégrafo-postal de 4.ª classe, em Couço, com o vencimento anual de 200\$000 réis. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 8 de Junho de 1912).

Por despacho de 8:

Adriano Marcolino Pires, 1.º aspirante do quadro dos telégrafos — mandado passar à situação de inactividade, com o vencimento anual de 560\$000 réis, que lhe compete nos termos do artigo 306.º do decreto orgânico acima citado.

Por despacho de 13:

Fernando da Silva, 2.º aspirante, chefe da sub-secção eléctrica de Évora — transferido, a seu pedido, para idêntico lugar na sub-secção eléctrica de Leiria.

2.ª Divisão

Em despacho de 12 do corrente:

Manuel da Costa, carteiro divisor, e João Dias, carteiro de 1.ª classe, ambos da estação central dos correios de Lisboa — mandados passar à situação de inactividade com o vencimento anual, respectivamente, de 360\$000 e 342\$000 réis, que lhes compete nos termos da lei.

Em 13:

Determinando que sejam elevados a 342\$000 réis anuais os vencimentos dos carteiros de 1.ª classe, Manuel de Matos, de Lisboa, e Francisco António Trabulo Monge, do Porto, nos termos do n.º 18.º do artigo 322.º do decreto, com força de lei, de 24 de Maio de 1911, e a contar, respectivamente, de 6 de Fevereiro de 1912 e 1 de Julho de 1911.

João Hermógenes dos Santos e António Germano Sardiha — nomeados distribuidores supranumerários do Funchal.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 13 de Junho de 1912. — Pelo Administrador Geral, *João Maria Pinheiro e Silva*.

2.ª Direcção

1.ª Divisão

Tendo sido vistoriada pela fiscalização técnica do Governo a sub-estação de transformação de energia eléctrica de Bernardino Jordão, concessionário da iluminação eléctrica de Guimarães, alimentada pela energia fornecida pela Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, e julgada em condições de ser explorada, manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Fomento, em presença do parecer da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, que seja autorizado o referido Bernardino Jordão a explorar a sub-estação indicada, devendo cumprir as seguintes cláusulas:

1.ª Manter em bom contacto com a terra as carcassas e suportes dos transformadores;

2.ª Resguardar, por balaústradas de vedação, os transformadores e os diferentes aparelhos de alta tensão.

3.ª Colocar passadeiras de caucho em volta dos locais onde se encontrem aqueles aparelhos.

4.ª Colocar na sub-estação quadros com os esquemas da instalação e as instruções para o manejo dos diferentes aparelhos e para os socorros a prestar às vítimas de acidentes produzidos pelas correntes eléctricas.

Paços do Governo da República, em 13 de Junho de 1912. — O Ministro do Fomento, *José Estêvão de Vasconcelos*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias

2.ª Repartição

Despacho efectuado na data abaixo indicada

Por portaria de 12 do corrente mês:

António Alfredo de Serpa Corte Rial Júnior, escrivão do primeiro officio do juízo de direito da comarca de Macau — confirmado o parecer da Junta de Saúde das Colónias que lhe arbitrou noventa dias de licença para se tratar. (Tem a pagar os respectivos emolumentos e adicionais).

Direcção Geral das Colónias, em 12 de Junho de 1912. — O Director Geral, *A. Freire de Andrade*.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Editais

Anselmo Braamcamp Freire, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Faço saber que, por deliberação camarária de 16 do corrente mês, foi prorrogado por sessenta dias, a contar da presente data, o prazo para a substituição de carros para transporte de carnes, conforme o determinado no § único do artigo 12.º da postura de 2 de Março de 1911.

O referido artigo 12.º é do teor seguinte:

«O transporte de carne para os talhos só poderá fazer-se em carroças cobertas, do projecto aprovado pela Câmara e mantidas em perfeitas condições higiénicas.

§ único. Aos talhos já existentes é concedido o prazo

de um ano para substituir ou modificar os seus actuals veículos de transporte das carnes».

E para constar, mandei publicar o presente edital no *Diário do Governo*, e afixar outros idênticos nos lugares públicos do costume.

Paços do Concelho, em 27 de Maio de 1912. — *Anselmo Braamcamp Freire*.

Anselmo Braamcamp Freire, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Faço saber que a Câmara resolveu em sessão de hoje mandar suspender a execução da postura sobre a venda do leite e matança de gado suíno, datada de 27 de Julho de 1909, e pôr noyamente à reclamação dos interessados, durante trinta dias, o projecto apresentado na sessão camarária de 24 de Fevereiro de 1910.

Paços do Concelho, em 13 de Junho de 1912. — O Presidente da Câmara, *A. Braamcamp Freire*.

Feira de Agosto

A Câmara manda anunciar que no próximo dia 18 do corrente se abrirá novo prazo, nas condições do primeiro, para a entrega de requerimentos pedindo o aluguer dos terrenos que ainda se acham vagos na feira que se há-de inaugurar em 1 de Agosto no Parque Eduardo VII.

Paços do Concelho, em 13 de Junho de 1912. — Pelo Secretário da Câmara, o 1.º official-chefe, *Ferreira Mendes*.

JUNTA DO CRÉDITO PÚBLICO

Repartição Central

Processo n.º 154:677

Por esta Secretaria e nos termos do artigo 34.º, § 1.º, n.º 10-a), do decreto de 8 de Outubro de 1900, correm éditos de trinta dias a fim se justificar administrativamente o extravio dum título de dívida pública, do fundo de 3 por cento, dos números e capitais abaixo designados e com assentamento a favor da Sociedade Martins Sarmiento, com sede em Guimarães, a saber: de 1:000\$000 réis, n.º 36:086.

Esta justificação tem lugar a requerimento da Direcção da mesma Sociedade; e findo o prazo dos éditos sem impugnação, será a pretensão resolvida como for de justiça.

Secretaria da Junta do Crédito Público, em 23 de Maio de 1912. — O Director Geral, *Tomás Eugénio Mascarenhas de Menezes*.

Repartição de Contabilidade

Pagamento dos juros do 1.º semestre de 1912 das pensões vitalícias, apólices vitalícias, da dívida interna consolidada de 3 por cento, das obrigações de 4 por cento de 1888, das obrigações da dívida interna amortizável de 4½ por cento de 1903-1905, e dos juros do 2.º trimestre, do 1.º semestre de 1912, do empréstimo de 5 por cento de 1909, com garantia nos Caminhos de Ferro do Estado.

Para conhecimento de quem interessar se anuncia o seguinte:

Que o pagamento do juro do trimestre vencido em 30 de Junho do corrente, do empréstimo de 5 por cento de 1909, com garantia nos Caminhos de Ferro do Estado, e emitido por decreto de 27 de fevereiro de 1909, e o dos títulos da dívida interna consolidada de 3 por cento, incluindo os que tiverem cláusula de usufruto, se realizará no mês de Julho, às terças, quintas e sábados;

Que o pagamento das pensões vitalícias, das apólices vitalícias, dos juros dos donatários vitalícios, das obrigações de 4 por cento de 1888, das de 4½ por cento de 1903-1905, terá lugar durante o mês de Julho, às segundas e quartas-feiras;

Que o pagamento dos juros de semestres atrasados, tanto no mês de Julho como nos seguintes, realizar-se há às sextas-feiras;

Que os pagamentos por desconto de juros e das amortizações dos títulos sorteados se efectuarão em todos os dias úteis, excepto 31 de Julho;

Que os portadores de títulos com cláusula de usufruto, incluindo os de pensões vitalícias e de donatários vitalícios, tem de apresentar prova de existência em 30 de Junho corrente ou posteriormente a esta data;

Que o pagamento começa às onze horas, terminando às quinze (três da tarde);

Que a partir de 1 de Agosto próximo futuro o pagamento dos juros dos diferentes empréstimos realizar-se há em todos os dias úteis, indistintamente.

Secretaria da Junta do Crédito Público, em 6 de Junho de 1912. — O Director Geral, *Tomás Eugénio Mascarenhas de Menezes*.

ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO DE PENACOVA

Editais

O cidadão Amândio dos Santos Cabral, administrador do concelho de Penacova:

Faço saber que a esta administração baixou, a fim de ser intimado, o acórdão da Comissão Distrital de Coimbra, do teor seguinte:

«Acórdão.—Vistas estas contas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia do concelho de Penacova, relativas ao ano económico de 1891-1892, pelas quais são responsáveis os gerentes Joaquim Miguel Rodrigues, Joaquim dos Santos Cabral, Augusto Nogueira Sêco, Fran-